

A partir de 2002 quando EUA e UE anunciaram seus novos planos agrícolas, adotando medidas subsidiárias junto a seus produtores o já existente debate em torno ao protecionismo na agricultura se agravou. A partir disso, fica a questão: quem seriam os verdadeiros beneficiários de tais medidas? A literatura aponta que desde os agricultores, passando pelas agroindústrias e chegando aos “global traders”, todos se beneficiariam em variados graus. O presente trabalho tem por objetivo avaliar, num primeiro momento, dentre os agricultores, quem realmente se beneficia do subsídio oferecido, através do recolhimento e análise de dados referentes aos beneficiários dos dois lados do Atlântico, EUA e UE, e de que ferramentas estes usam para realizar os pagamentos.

De acordo com os dados recolhidos no EUROSTAT e EWG, para UE e EUA, respectivamente, fica evidente que os maiores beneficiados não são aqueles que os programas dizem proteger, mas sim os médios e grandes produtores, aqueles que causam impacto no balanço comercial das federações. Enquanto que para os EUA, tais benefícios são como garantia de preço para os produtores e compra da produção, na UE, o assunto é tratado no sentido de prover pequenos, mas numerosos recursos, como incentivo a áreas de preservação, incentivos à promoção de qualidade, à promoção do desenvolvimento sustentável. Através da análise dos dados, podemos observar que nos EUA, ocorre preferência para as grandes culturas, como milho, algodão, soja, trigo, e os maiores beneficiários são as grandes empresas do ramo produtor, que são localizadas em poucos dos principais estados produtores. Para a UE, o montante é destinado principalmente aos países onde a produção é expressiva, como Itália, Alemanha, França, Inglaterra, tendo nos seus moldes grande parte do subsídio sendo destinado aos médios e grandes produtores.